

PERCEPÇÃO E VIDA PSÍQUICA EM BERGSON: POR UMA PSICOLOGIA DA EXPERIÊNCIA DO MOVENTE

*Danilo Augusto Santos Melo¹
Israel Carvalho Tebet²*

RESUMO

Este artigo apresenta contribuições da filosofia de Henri Bergson para pensar os processos de constituição e mudança da percepção e da subjetividade. Tem como ponto de partida a relação entre percepção e mundo material movente, da qual decorre o discernimento; seguido da relação entre percepção e memória, que dá origem à representação; e por fim, a relação entre percepção e inteligência, de onde emergem os círculos adaptativos que ligam os corpos ao seu meio familiar. Em seguida, Bergson pensa como o salto para fora destes círculos permite recuperar a mobilidade da qual procederam e proporcionar condições para uma experiência da mudança da percepção e da subjetividade. Finalmente, situamos os processos perceptivos neste quadro conceitual para pensar uma Psicologia que leve em consideração esta experiência do movente em suas práticas e conhecimentos.

PALAVRAS-CHAVE: *Percepção, Subjetividade, Henri Bergson, Experiência, Mudança.*

¹ Doutor em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (Campus de Rio das Ostras) – Rio das Ostras, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: danilomelo.uff@gmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2750-1377>.

² Bolsista de Iniciação Científica. Graduando em Psicologia na Universidade Federal Fluminense (Campus de Rio das Ostras) – Rio das Ostras, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: israeltebet@id.uff.br. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-3250-6765>.

PERCEPTION AND PSYCHIC LIFE IN BERGSON: FOR A PSYCHOLOGY OF THE EXPERIENCE OF THE MOVING

ABSTRACT

This article presents contributions of Henri Bergson's philosophy to think the processes of constitution and change of perception and subjectivity. It has as its starting point the relation between perception and the moving material world, from which discernment takes place, followed by the relation between perception and memory, which gives rise to representation; and finally, the relation between perception and intelligence, from which emerges the adaptive circles that connect the bodies to their familiar environment. Next, Bergson thinks how the leap out of these circles allows us to recover the mobility from which they proceeded and provide conditions for an experience of changing perception and subjectivity. Finally, we situate the perceptual processes in this conceptual framework to think a psychology that takes into consideration this experience of the moving in its practices and knowledge.

KEYWORDS: *Perception, Subjectivity, Henri Bergson, Experience, Change.*

*O essencial é saber ver, (...)
Mas isso (triste de nós que trazemos a alma vestida!),
Isso exige um estudo profundo,
Uma aprendizagem de desaprender (...)*

*Procuro despir-me do que aprendi,
Procuro esquecer-me do modo de lembrar que me ensinaram,
E raspar a tinta com que me pintaram os sentidos...*

Alberto Caeiro – O guardador de rebanhos

INTRODUÇÃO

Em nossa vida cotidiana nos relacionamos com a realidade de modo habitual e cômodo, pois nossa percepção tende a apreendê-la como já conhecida e dada. Pela experiência que adquirimos no dia a dia aprendemos a reconhecer os objetos e os fenômenos, seja em sua dimensão material, seja enquanto realidade subjetiva, e aprendemos a reagir a eles. Desta maneira, formamos hábitos e naturalizamos a percepção de tudo o que nos cerca ou se faz sentir em nossa vida íntima. Este é o ponto de vista do senso comum, mas também o da Psicologia cognitiva quando trata dos processos perceptivos³. Não há nela, portanto, qualquer interesse no que se refere à constituição da realidade, pois a toma como já pronta em nossa percepção natural, e assim a apreenderíamos duplamente já formada: de um lado como realidade concreta e material, de outro como instância subjetiva e psíquica. Ao considerarmos o sujeito e o mundo material dos objetos exteriores a nós como instâncias previamente dadas e naturais, deixamos de fora os processos de criação da realidade e da subjetividade, responsáveis pela emergência e pela mudança de suas configurações.

De modo totalmente distinto, encontramos na filosofia de Henri Bergson outra perspectiva de abordagem da realidade – seja material, seja subjetiva ou espiritual – ao pensá-la a partir de seu aspecto instável e movente no qual a matéria e a subjetividade são consideradas em devir, constituindo-se e transformando-se continuamente. Desde este ponto de vista, ganha significativa importância o papel dos processos de gênese da percepção como imprescindíveis para pensarmos nossa relação imediata com as realidades material e psíquica. Bergson se esforçará para demonstrar que a percepção

³ Desenvolvemos os aspectos dessa insuficiência da Psicologia em compreender a gênese dos processos perceptivos num trabalho anterior. Cf. MELO, D. Percepção e Ontogênese: modulações transdisciplinares da subjetividade. **Fractal**: Revista de Psicologia, v. 29, n. 2, p. 103-109, maio-ago. 2017.

não parte nem de uma consciência pré-habilitada a iluminar o mundo material, nem que sua ação consiste simplesmente em recolher os aspectos de um mundo pré-constituído. No que diz respeito à Psicologia, ele se oporá a compreender a realidade psíquica como igualmente habilitada a ser conhecida imediatamente como reflexo do mundo material estático. Ao recusar tanto o senso comum quanto a Psicologia, Bergson compreende a realidade material e subjetiva como movimento contínuo, como realidades *se fazendo*.

Ao endossar este modo de entender a realidade, as questões que colocamos e pretendemos perseguir aqui são: como a percepção pode se constituir em nossa experiência e nos permitir agir sobre a realidade material e subjetiva? como a recuperação do aspecto movente destas realidades podem favorecer os processos de mudança da subjetividade? como a Psicologia pode enriquecer suas teorias e conduzir eticamente suas práticas a partir da experiência movente da percepção? Para responder estas questões, precisaremos acompanhar o deslocamento operado por Bergson no que se refere ao problema do conhecimento, tradicionalmente estabelecido e desdobrado pela filosofia, e igualmente apreendido e compartilhado pela Psicologia desde a sua constituição como ciência independente.

A COLOCAÇÃO DO PROBLEMA A PARTIR DA CRISE DA PSICOLOGIA

Permeada desde o seu início pelo problema do conhecimento, a Psicologia se encontrou, no século XIX, mergulhada num difícil dualismo aparentemente intransponível e que a conduz a uma crise. Ao pretender o conhecimento da experiência da realidade através de processos representacionais, a Psicologia se vê diante de duas maneiras de perspectivar a investigação dos objetos: uma que consiste em colocar imagens na consciência, e outra que introduz movimentos na matéria, como se o mundo pudesse ser reduzido a um conjunto de movimentos homogêneos e invariáveis. A primeira forma quer reconstituir a ordem da matéria com imagens na consciência, e a segunda pretende recompor o universo consciente com movimentos materiais. É então, na tentativa de explicar o estatuto da representação do objeto do conhecimento, que surge o confronto entre as teorias idealistas e materialistas ou realistas (BERGSON, 1965).

A divergência entre as vertentes idealista e materialista tem sua origem na história da filosofia ao tomar a noção de “imagem” como coincidente com a noção de “aparição”. Nesta inflexão, as aparições de uma realidade exterior não existem em si, mas sempre para um determinado sujeito: a aparição é sempre de algo para alguém, sendo sujeito e objeto coordenadas indispensáveis para a sua plena compreensão. Disto resultará a origem da divergência que culminará na dualidade em questão, pois a imagem ou se origina na consciência do sujeito que percebe, ou consiste num atributo de um determinado objeto que existe em si. Consequentemente, ou acredita-se que a consciência é dotada do poder de engendrar representações, ou acredita-se que as representações se produzem porque os movimentos materiais causam no sujeito as suas próprias aparições. Esta dualidade acaba, portanto, instaurando um confronto.

Na tentativa de superar tal confronto, Bergson irá afirmar que o dualismo entre idealismo e realismo engendra-se a partir de um *falso problema*, pois ambas vertentes partem do pressuposto da existência de uma dualidade intransponível entre a realidade psíquica e a realidade material. Para Bergson, idealistas e realistas pecam igualmente por excesso, pois “é falso reduzir a matéria à representação que temos dela, falso também fazer da matéria algo que produziria em nós representações mas que seria de uma natureza diferente delas” (1965, p. 1). Neste sentido, não é possível sustentar nem que os objetos que usamos e tocamos só existem em nossos espíritos, nem que há uma diferença de natureza entre o mundo material e o que nós percebemos dele. Enfim, Bergson busca superar tal dualismo a partir de um deslocamento operado sobre a concepção de matéria; ele diz:

A matéria, para nós, é um conjunto de "imagens". E por "imagem" entendemos uma certa existência que é mais do que aquilo que o idealista chama uma representação, porém menos do que aquilo que o realista chama uma coisa, - uma existência situada a meio caminho entre a "coisa" e a "representação" (BERGSON, 1965, p. 1).

Com isso ele afirma que as imagens são reais e nega que a consciência possua qualquer poder de engendrar representações. Assim, o modelo por ele proposto não seria o da percepção natural (consciência), mas antes um estado de coisas que não pararia de mudar, uma matéria fluente sem qualquer ponto de ancoragem ou centro de referência. Dessa maneira, ao identificar a imagem à matéria, e a matéria ao movimento, Bergson ultrapassa a um só tempo o idealismo e o realismo, conferindo à imagem a

extensão que o idealismo lhe havia retirado e fornecendo ao movimento a heterogeneidade que o realismo lhe negara.

Será a partir da afirmação desse plano material e da relação imanente deste com um intervalo de movimento que a percepção encontrará a condição de sua criação e sua função servirá à ação antes que ao conhecimento.

O PLANO MATERIAL E O INTERVALO DE MOVIMENTO: A GÊNESE DA PERCEPÇÃO

Bergson afirma no primeiro capítulo de *Matéria e Memória* que o plano da matéria é determinado a partir de um ponto de vista oposto ao modelo da percepção natural, pois nele “as coisas” não parariam de mudar, ou melhor, onde não haveria ainda nem coisa nem consciência, apenas movimentos⁴. Trata-se de um mundo onde a matéria se confunde com um conjunto de imagens móveis, onde o real material nada mais é que uma multiplicidade de imagens-movimento, isto é, mundo de pura mobilidade no qual as imagens não se distinguem do movimento que executam ou recebem. Nesse plano material as imagens agem e reagem umas sobre as outras em todas as suas partes elementares e em todas as direções, e cujo descentramento não nos permite ainda falar de coisas ou sujeitos.

Assim, “as coisas”, enquanto imagens, são como um sistema de abalos ou de vibrações, todas ligadas numa continuidade ininterrupta que se propaga em todos os sentidos e direções como tremores. Uma mesa, nesta perspectiva, seria um sistema de vibrações ou tremores no qual as ações e reações entre suas moléculas – que também são imagens e que são estritamente idênticas a seu próprio movimento – são submetidas a leis que correspondem aos modos de relações dos movimentos que lhes compõem.

Considerando esse plano, caracterizado pelo movimento contínuo das imagens materiais que agem e reagem umas sobre as outras, o que é necessário para que a percepção nasça numa matéria? E o que acontece para que nesta “matéria que percebe”

⁴ É importante demarcar aqui a diferença radical da perspectiva de Bergson com relação a uma “fenomenologia em geral” (PRADO JUNIOR, 1988, p. 25), pois seu ponto de partida é a existência de um estado da matéria independente de uma consciência intencional humana. O ponto de partida fenomenológico, por sua vez, compreende uma consciência ou eu transcendental preexistente ao ato de perceber e cuja intencionalidade implica imediatamente um conhecimento sobre um objeto previamente constituído. Em Bergson há apenas relações entre matérias, dentre elas o corpo vivo no qual emergirá a percepção em função de sua capacidade de ação, e não de uma consciência que o habitaria previamente. Nesta perspectiva, a percepção serve à ação de qualquer corpo vivo, e não a um conhecimento estritamente humano da realidade.

a subjetividade surja? Segundo Bergson (1965), ocorre que em pontos quaisquer do plano material aparece um intervalo de indeterminação, um desvio, um hiato entre os movimentos recebidos e os movimentos executados, e que vai definir um tipo de imagem muito particular: as *imagens ou matérias vivas*.

O que vai diferenciar uma imagem viva de uma imagem não-viva é a presença do intervalo, que será a condição da gênese da percepção. Como dissemos no exemplo acima, uma mesa não passava de um sistema de vibrações, de movimentos recebidos e transmitidos entre suas moléculas, ela apenas sofre e executa ações com relação às outras imagens, não possuindo condições para perceber. A mesa não percebe, enfim, porque não possui um intervalo de movimento entre suas relações materiais, por ser uma matéria não-viva.

Portanto, o intervalo define as imagens vivas pela *indeterminação* que impõe imobilidade às outras imagens. Disto resulta uma consequência essencial: a existência de dois sistemas de referência das imagens. Há inicialmente um sistema em que cada imagem varia para si mesma, e todas as imagens agem e reagem umas em função das outras, num mesmo plano de variação; mas há um outro sistema, onde todas variam principalmente em função de uma só. Com isso, podemos dizer que a coisa e a percepção da coisa são uma única e mesma coisa (imagem), mas reportada a um ou ao outro dos dois sistemas de referência. A coisa é a imagem tal como ela é em si, tal como ela se reporta a todas as outras imagens, e das quais sofre integralmente a ação e sobre as quais reage *imediatamente*. Mas a percepção da coisa é a mesma imagem reportada a uma imagem especial que a enquadra e que dela só retém uma ação parcial e a ela só reage *mediatamente*.

Eis aqui o coração do que resolve as dificuldades da Psicologia em sua pretensão de ser uma ciência independente: a afirmação de que não há diferença entre a percepção e a coisa percebida, isto é, afirmar que as coisas *são* as percepções⁵. Para Bergson, isso equivale a dizer “que há para as imagens uma simples diferença de grau, e não de natureza, entre *ser e ser conscientemente percebidas*” (1965, p. 35 – ênfase do autor).

⁵ Nisto, mais uma vez, o pensamento de Bergson se afirma como uma perspectiva radicalmente diferente de uma abordagem fenomenológica, que compreende a consciência separada exteriormente das coisas sobre as quais sua intencionalidade se dirigirá. Para Bergson, as coisas não se distinguem daquilo que o vivo percebe, pois a constituição tanto das coisas percebidas quanto da percepção é imanente, isto é, coemergente, e serve à ação dos corpos vivos.

Na percepção, tal como definida por Bergson, jamais há outra coisa, ou algo a mais do que na coisa: ao contrário, há menos. Ou seja, ao invés de uma “adição psíquica” percebemos a coisa menos o que não nos interessa, em função de nossas necessidades de ação. Portanto, nós passamos da imagem à percepção por uma *subtração*, por uma diminuição⁶, por uma ausência de reação que é como uma indiferença produzida a partir do intervalo. Nesse sentido, devemos compreender que “nossa representação da matéria é a medida de nossa ação possível sobre os corpos; ela resulta da eliminação daquilo que não interessa às nossas necessidades e, de maneira mais geral, às nossas funções” (BERGSON, 1965, p. 35). Contudo, algo de positivo resulta dessa “pobreza” necessária de nossa percepção consciente e que já anuncia a primeira operação do espírito: o *discernimento*.

Isto posto, pensar a percepção é compreender a “relação variável entre o ser vivo e as influências mais ou menos distantes dos objetos que o interessam” (BERGSON, 1965, p. 29). No entanto, Bergson nos alerta que para explicar como uma percepção nasce é preciso compreender sua gênese como paradoxal, pois o discernimento surge, em sua positividade, por uma limitação, por uma redução ou subtração daquilo que não nos interessa. Portanto, a primeira e a mais evidente operação do espírito que percebe é operar *cortes móveis* no plano da matéria, traçar divisões na continuidade da extensão, cedendo às sugestões da necessidade e aos imperativos da vida prática que visam à ação do corpo (BERGSON, 1965).

O SISTEMA SENSORIO-MOTOR E O PAPEL DO CÉREBRO

Vimos que uma diferença se faz no plano material a partir do surgimento do intervalo de movimento, ao formar centros de indeterminação que impedem os

⁶ Poder-se-ia neste ponto coincidir a operação de *subtração*, a partir da qual a percepção emerge para Bergson, com a ideia de *redução fenomenológica* de Husserl. Contudo, Bergson compreende que a subtração se opera no plano imanente da matéria pelos corpos vivos, não havendo nem “coisas” nem “eu” prévios à emergência da percepção. Por sua vez, a redução fenomenológica subordina as coisas à consciência ou a um eu preexistente, tratando a percepção como uma operação estritamente humana. Neste sentido, Husserl afirma: “O conjunto do *mundo espaço-temporal* no qual o homem e o eu humano vêm se inserir, a título de realidades individuais subordinadas, tem, *em virtude de seu sentido, um ser puramente intencional*; consequentemente, ele tem o sentido puramente secundário, relativo de um ser *para* uma consciência” (1985, p. 164 - ênfase do autor). Assim, a *intencionalidade* é sempre de um eu ou de uma consciência e visa ao conhecimento das “próprias coisas”, enquanto que os *interesses* ou necessidades que operam os cortes subtrativos se realizam pelos corpos e visam a sua ação no campo material imanente no qual estão inseridos.

movimentos recebidos pelas imagens vivas de se prolongarem em ações executadas. Assim, em função do intervalo de movimento, as imagens vivas vão constituir ou especializar *faces receptoras ou sensoriais* – que têm por função receber movimentos do mundo exterior, e *faces motoras* – cuja tarefa consiste em executar movimentos não mais inteiramente determinados pelos movimentos materiais (BERGSON, 1965).

Com a especialização destas faces, os movimentos da matéria, que se difundiam em todas as direções, passam a se conduzir por referências fixas, organizando-se pelas coordenadas espaciais: direita e esquerda, para cima ou para baixo, exterior e interior etc. O desenvolvimento da face privilegiada de recepção permitirá que os movimentos do mundo sejam isolados e antecipados: chamemos a evolução de tais faces diferenciadas de *órgãos dos sentidos*. Uma de suas principais características será a produção de uma forma de recepção dos movimentos materiais à distância, o que possibilitará que a percepção se realize. A continuidade do desenvolvimento dessas faces de recepção e ação consistirá na formação do *sistema sensório-motor* e coincidirá com a produção de uma ação cada vez mais indeterminada, assim como de uma percepção cada vez mais extensa.

Segundo Bergson (1965), o cérebro é a expressão máxima, no plano material, do intervalo entre o movimento recebido e um movimento devolvido, de modo a ser um órgão receptor das imagens materiais e selecionador dos movimentos executados. Assim sendo, o cérebro não produz a percepção, pois ele não passa de uma imagem dentre outras do mundo material. O papel do cérebro é simplesmente favorecer a ação e permitir ao ser vivo satisfazer suas necessidades e interesses. Do mesmo modo que o cérebro, o mecanismo reflexo da medula tem por papel devolver a reação do corpo vivo às outras imagens. No entanto, a *medula* responde por reações automáticas, ligando imediatamente e sempre da mesma maneira uma excitação recebida a um mecanismo motor determinado. Por sua vez, o *cérebro* responde por reações voluntárias, pois ele é capaz de abrir a uma excitação qualquer todos os mecanismos motores disponíveis no corpo, reagindo de maneira variada e não imediatamente frente às excitações do mundo material. Ao ter “por função receber excitações, montar aparelhos motores e apresentar o maior número possível desses aparelhos a uma excitação dada” (BERGSON, 1965, p. 27), o cérebro possibilita uma *escolha*. Desse modo, Bergson compara o cérebro a uma “central telefônica: seu papel é ‘efetuar a comunicação’, ou fazê-la aguardar. Ele não

acrescenta nada àquilo que recebe” (BERGSON, 1965, p. 26), ele constitui efetivamente um centro onde a excitação vinda da periferia do corpo põe-se em contato com este ou aquele mecanismo motor escolhido e não mais necessário (BERGSON, 1965).

Todavia, pode ocorrer que uma mesma excitação vinda da periferia encontre uma enorme quantidade de vias nervosas abertas simultaneamente. Neste caso, pode acontecer da excitação dividir-se em uma infinidade de caminhos que se oferecem e perder-se em inumeráveis reações motoras apenas nascentes. Desta maneira, “o papel do cérebro é ora de conduzir o movimento recolhido a um órgão de reação escolhido, ora de abrir a esse movimento a totalidade das vias motoras para que aí se desenhe todas as reações que ele pode gerar” (BERGSON, 1965, p. 26). Portanto, o cérebro funciona, ora como um instrumento de *análise* com relação ao movimento recolhido, ora como um instrumento de *seleção* com relação ao movimento executado, mas tanto num caso quanto no outro seu papel limita-se a transmitir e a repartir o movimento. Uma consequência importante desta concepção do sistema sensório-motor elaborada por Bergson é que, tanto nos centros superiores do córtex quanto na medula, os elementos nervosos não trabalham com vistas ao *conhecimento*, mas visam à *ação*, seja esboçando-a apenas ou executando-a.

A percepção, nesta perspectiva, tem sua razão de ser na tendência do corpo a se mover, “ela exprime e mede a capacidade de agir do ser vivo, a indeterminação do movimento ou da ação que seguirá o estímulo recolhido” (BERGSON, 1965, p. 66). Assim sendo, toda percepção é antes de tudo sensório-motora, pois sua qualidade é determinada pela qualidade de nossos movimentos. No entanto, é preciso entender que a percepção não está nem nos centros sensoriais nem nos centros motores, mas apenas mede a complexidade de suas relações. Segundo Bergson (1965), nossa atividade motriz depende precisamente da capacidade da imagem de colocar uma questão à nossa potência de ação, e uma vez que obtém a percepção como resposta, nosso cérebro passa a desenhar o plano minucioso das ações possíveis do nosso corpo. Quanto mais os mecanismos motores se tornam complexos, mais o campo de relação com os elementos do mundo material se amplia, abrangendo um maior número de objetos. Desse modo,

A percepção, tal como a entendemos, mede nossa ação possível sobre as coisas e por isso, inversamente, a ação possível das coisas sobre nós. Quanto maior a potência de agir do corpo (simbolizada por uma complicação superior do sistema nervoso), mais vasto o campo que a percepção abarca (BERGSON, 1965, P. 57).

O ASPECTO TEMPORAL DA SUBJETIVIDADE

Se a partir do funcionamento do sistema sensório-motor podemos compreender que a extensão da percepção é diretamente proporcional à capacidade da ação do nosso corpo e, por sua vez, sua capacidade de ação é diretamente proporcional ao nível de indeterminação que o sistema sensório-motor pode proporcionar, nos resta compreender quais consequências significativas decorre disto tanto para a compreensão dos fenômenos perceptivos quanto da gênese da subjetividade. Ou seja,

se o sistema nervoso é construído, de uma ponta à outra da série animal, em vista de uma ação cada vez menos necessária, não caberia pensar que a percepção, cujo progresso é pautado pelo dele, também seja inteiramente orientada para a ação, e não para o conhecimento puro? E, com isso, a riqueza crescente dessa percepção não deveria simbolizar simplesmente a parte crescente de indeterminação deixada à escolha do ser vivo em sua conduta em face das coisas? Partamos pois dessa indeterminação como sendo o princípio verdadeiro (BERGSON, 1965, p. 27).

Vimos anteriormente que a indeterminação instaura no plano da matéria o germe do subjetivo sob a forma do discernimento, proporcionando a certas matérias modos diferenciados de perceber e agir. Diremos que justo aí nos encontramos frente ao *aspecto material* da gênese da subjetividade, que se desenrola numa experiência imediata, desprovida de qualquer elemento psíquico que venha recobrir uma percepção. Neste sentido, pediremos que se entenda provisoriamente por percepção não minha percepção concreta e complexa, aquela que minhas lembranças preenchem e que oferece sempre uma certa espessura de duração, mas a percepção *pura*, uma percepção que existe mais de direito do que de fato, aquela que teria um ser situado onde estou, vivendo como eu vivo, mas absorvido no presente, e capaz, pela eliminação da memória sob todas as suas formas, de obter da matéria uma visão ao mesmo tempo imediata e instantânea (BERGSON, 1965, p. 31 – ênfase do autor).

Se, por um lado, a indeterminação permitiu pensar uma percepção pura proporcional à capacidade de ação do vivente, por outro, ela fará com que tal percepção *dure* numa experiência não mais imediata, dando surgimento ao *aspecto temporal* da subjetividade, no qual a percepção será recoberta por imagens conservadas virtualmente na memória. Bergson afirma que é justamente a memória que ocupa o intervalo de indeterminação, ao fazer durar as imagens percebidas na experiência imediata para recuperá-las numa experiência futura. Se, inicialmente, o intervalo de indeterminação da matéria viva faz com que surja o *presente* como espessura de tempo da experiência imediata, posteriormente, de direito, faz emergir o *passado* através da conservação das

experiências que decorrem na duração do vivo, aumentando com isso a capacidade e complexidade de sua ação no porvir.

A *duração* é esse poder de realizar a síntese temporal dos instantes que se repetem na experiência imediata, ao fazer coexistir o presente e o passado numa multiplicidade virtual (BERGSON, 1948). Eis aí o que encontramos no intervalo: nele passamos da sucessão material dos presentes que se repetem, para a conservação virtual onde os presentes passados coexistem uns com os outros, coexistindo, ao mesmo tempo, com o presente atual que, por sua vez, não para de passar. A partir desta coexistência, a percepção será continuamente enriquecida pelas imagens virtuais fornecidas pela memória, iluminando a situação presente em vistas da ação e alargando e complexificando a consciência daquele que percebe e age. A percepção consciente não é senão um recobrimento de imagens virtuais sobre imagens atuais fornecidas na experiência imediata, e que portanto consiste numa relação contínua entre presente e passado com vista a uma ação futura. A subjetividade se constitui então como uma experiência do tempo⁷ de uma imagem material, o nosso corpo, inserido em um plano material mais vasto, iluminando os elementos deste plano não para conhecê-lo, mas primeiramente para agir e tirar proveito em prol de sua sobrevivência.

No entanto, como Bergson compreende que tais imagens se conservam no passado e se tornam capazes de recobrir as percepções puras, de modo a propiciar o surgimento da representação ou da percepção consciente?

DA SOBREVIVÊNCIA DO PASSADO: OS MECANISMOS MOTORES E AS LEMBRANÇAS

Bergson nos mostra que o passado sobrevive sob duas formas distintas: de um lado, sob a forma de mecanismos motores e, de outro, sob a forma de lembranças independentes. Disso resulta que o reconhecimento, definido por ele como uma operação prática da memória que visa “a utilização da experiência passada para a ação presente” (BERGSON, 1965, p. 82), deve realizar-se de duas maneiras. De um modo, ele se fará na própria ação e pelo funcionamento completamente automático do mecanismo apropriado às circunstâncias atuais; de outro, implicará um trabalho do

⁷ Para uma maior compreensão do aspecto temporal da subjetividade cf. ROSSETTI, R. Bergson e a Natureza Temporal da Vida Psíquica. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.14, n. 3, p. 617-623, 2001.

espírito, que irá buscar no passado, para dirigi-las ao presente, as lembranças mais capazes de se inserirem na situação atual (BERGSON, 1965).

Por um lado, temos uma memória fixada no organismo e que concerne ao conjunto dos mecanismos sensório-motores que asseguram uma réplica conveniente às diversas interpelações possíveis: a *memória-hábito*. Esta memória permite que

nos adaptemos à situação presente, e que as ações sofridas por nós se prolonguem por si mesmas em reações ora efetuadas, ora simplesmente nascentes, mas sempre mais ou menos apropriadas. Antes hábito do que memória, ela desempenha nossa experiência passada, não exigindo a evocação de qualquer imagem (BERGSON, 1965, p. 168).

Na memória-hábito, a “lembrança” é adquirida pela repetição de um mesmo esforço e exige inicialmente a decomposição e depois a recomposição da ação total. Por exemplo, para aprender uma lição, repetimos cada uma de suas partes (decomposição) um certo número de vezes até que possamos repeti-la inteiramente (recomposição), de modo que a lembrança da lição, uma vez aprendida de cor, terá todas as características de um hábito⁸. Uma vez aprendida uma lição, “ela faz parte do meu presente da mesma forma que meu hábito de caminhar ou de escrever; dessa forma, ela é vivida, ela é ‘agida’, mais que representada”⁹ (BERGSON, 1965, p. 85). Deste modo, ela se armazenará num sistema fechado de movimentos automáticos que se sucederão na mesma ordem e cuja execução exigirá um tempo determinado necessário para desenvolver, um a um, todos os movimentos de articulação, isto é, cada parte que compõe a lição inteira.

Por outro lado, há também uma memória coextensiva à consciência, que retém e alinha, uns após outros, todos os nossos estados à medida que eles se produzem, dando a cada fato seu lugar e, conseqüentemente, datando-lhes: a *memória-lembrança*.

⁸ Para uma compreensão da formação do hábito como gênese material do subjetivo cf. MACIEL, A. & MELO, D. A fundação do subjetivo: o hábito para além da psicologia. **Revista do departamento de Psicologia da UFF**, v. 18, n. 2, p. 69-82, jul./dez. 2006.

⁹ Quando se fala em memória na Psicologia, geralmente é a este tipo de memória que se faz referência, uma memória sensório-motora, “armazenada” no corpo ou no cérebro, isto é uma memória que se apresenta sempre a partir dos aspectos materiais do corpo e que podem ser “objetivamente” observados, mensurados e, por fim, *controlados* a partir de “métodos científicos”. Portanto, desde esta perspectiva, só se poderia fazer uma Psicologia “científica” da memória a partir de seu aspecto estritamente material. É desse modo que o Behaviorismo e as perspectivas experimentais reivindicam apenas para si o estatuto de ciência dentro do amplo e variado campo da Psicologia. No entanto, a experiência da subjetividade nos apresenta um aspecto que ultrapassa a dimensão material do corpo e, por conseguinte, escapa a esse “controle científico”. Trata-se da dimensão temporal e metafísica da subjetividade, que tem lugar em nossa *memória de lembranças* e que exige uma renovação dos paradigmas da ciência psicológica para sua compreensão, para a qual a filosofia de Bergson contribui significativamente.

Enquanto a primeira não extrapola o presente e recomeça a todo instante, a segunda memória se move efetivamente no passado. É, portanto, sob a forma de imagens-lembranças, que a memória-lembrança registra todos os acontecimentos de nossa vida cotidiana à medida que se desenrolam. Ao não possuir “segunda intenção de utilidade prática, ela acaba por armazenar o passado pelo mero efeito de uma necessidade natural” (BERGSON, 1965, p. 86), e somente através dela se torna possível o reconhecimento de uma percepção já experimentada e a evocação de lembranças passadas.

O registro de fatos e imagens únicos em seu gênero pela memória-lembrança se processa em todos os momentos da duração. Nela, a lembrança não se forma depois do presente ter passado, mas se constitui ao mesmo tempo em que o presente está passando, ou seja: “a lembrança mostra-se duplicando a todo instante a percepção, nascendo com ela, desenvolvendo-se ao mesmo tempo que ela, sobrevivendo a ela” (BERGSON, 1967a, p. 135). Trata-se, enfim, da constituição paradoxal do tempo como germe constitutivo da subjetividade, onde “*a formação da lembrança não é nunca posterior à da percepção; é sua contemporânea*. À medida que a percepção se cria, sua lembrança se perfila ao seu lado, como a sombra ao lado do corpo”¹⁰ (BERGSON, 1967a, p. 130 – ênfase do autor). Assim, a totalidade do que vemos, ouvimos e sentimos em nossa duração se desdobra a cada instante em percepção e lembrança, isto é, “cada momento de nossa vida oferece, portanto, dois aspectos: é atual e virtual, percepção de um lado e lembrança do outro” (BERGSON, 1967a, p. 136). Em nossa experiência imersa no tempo,

o instante presente, sempre em marcha, limite fugitivo entre o passado imediato que já não existe mais e o futuro imediato que não existe ainda, se reduziria a uma simples abstração caso não fosse precisamente o espelho móvel que reflete incessantemente a percepção como lembrança (BERGSON, 1967a, p. 136).

Mas a que uso servirão essas imagens das situações pelas quais passamos e que a memória-lembrança vai retendo e alinhado sucessivamente? O único serviço regular e certo que a memória-lembrança pode prestar é recuperar as imagens daquilo que precedeu ou seguiu situações análogas à situação presente, a fim de esclarecê-la e

¹⁰ Sobre a gênese paradoxal do tempo no pensamento de Bergson cf. MELO, D. Bergson e os paradoxos do tempo, ou como o cinema faz pensar. **Estudos da Língua(gem)**, v. 12, n. 1 p. 9-28, junho de 2014.

conduzir a ação do corpo. O ato pelo qual reavemos o passado em função das utilidades do presente é definido por Bergson como *Reconhecimento*.

AS FORMAS DE RECUPERAÇÃO DO PASSADO: O RECONHECIMENTO

Habitualmente compreende-se o reconhecimento como se fosse a relação de uma percepção presente com um quadro passado no qual ela viria se inserir, como se fosse a inclusão do novo numa categoria antiga. Mas pensá-lo deste modo termina por fazer do reconhecimento um fenômeno de ordem intelectual. Para Bergson, no entanto, o reconhecimento pode ser pensado como um outro tipo de experiência que não se faz por comparação, mas, antes, por uma *tensão* entre o passado e o presente que é anterior a toda representação, ou melhor, que é condição mesma de toda representação. Neste contexto, Bergson vai distinguir dois tipos de reconhecimento de naturezas diferentes: o *Reconhecimento Automático ou Habitual* e o *Reconhecimento Atento*.

O reconhecimento automático é tributário apenas do corpo e opera por prolongamento da percepção em movimentos de costume a fim de tirar dela efeitos úteis. Bergson nos diz que reconhecer um objeto usual consiste, antes de tudo, em saber servir-se dele, mas saber servir-se do objeto é já esboçar os movimentos que se adaptam a ele, é tomar uma certa atitude ou pelo menos tender a isso (BERGSON, 1965). Trata-se de um reconhecimento estritamente relacionado à memória-hábito e sua operação consiste numa ação ou num desempenho, que se faz através de movimentos sem que nenhuma imagem-lembrança explícita intervenha.

Acontece então que a percepção se retrai na medida em que os movimentos se organizam, limitando-se a indicar à nossa ação somente o que é útil, proporcionando ao corpo tomar uma atitude determinada diante do objeto. Este reconhecimento se exerce e recomeça a cada instante, de modo que toda “nossa vida diária desenrola-se em meio a objetos cuja mera presença nos convida a esboçar uma reação, a desempenhar automaticamente um papel: nisso consiste realmente seu aspecto de *familiaridade*” (BERGSON, 1965, p. 103). Esta operação se realiza automaticamente, antes mesmo que pensemos em qualquer resposta possível, pois esta familiaridade é mais um sentimento ou uma força do que uma operação psicológica.

Isto nos permite compreender como a Psicologia comportamental se restringe às operações da memória hábito e do reconhecimento automático, já que este discernimento útil costuma limitar-se à percepção dos animais: “é o capim *em geral* que atrai o herbívoro: a cor e o odor do capim, sentidos e experimentados como forças, são os únicos dados imediatos de sua percepção exterior” (BERGSON, 1965, p. 176-177 – ênfase do autor). Neste tipo de reconhecimento, predominante no Behaviorismo, o vivo passa da percepção à ação automaticamente, sem exigir uma atenção da consciência aos detalhes do objeto. Entretanto, diante da experiência da subjetividade humana não se pode prescindir dos aspectos propriamente psíquicos que o comportamentalismo insiste em ignorar.

No reconhecimento atento, por outro lado, a percepção deixa de se prolongar automaticamente através de reações úteis e entra em relação com a memória a fim de fazer descrições mais detalhadas do objeto. Neste processo, “a atenção implica um retorno do espírito que renuncia a perseguir o acontecimento útil da percepção presente: haverá de início uma inibição de movimento, uma ação de parada” (BERGSON, 1965, p. 110). No entanto, esta suspensão do movimento não passa da *condição negativa* do fenômeno e não serve senão para fazer com que o corpo adote uma atitude geral e disponha a consciência a receber as imagens-lembrança. Mas sobre esta atitude geral, que permite uma espécie de parada sobre a imagem, vêm se gravar movimentos muito sutis que se voltam sobre a imagem para lhe desenhar outros contornos. Com estes movimentos, começa o *trabalho positivo do espírito*, o “esforço intelectual” (BERGSON, 1967b).

Assim sendo, toda imagem-lembrança capaz de interpretar nossa percepção atual deve se insinuar nela, recobrando todos os seus detalhes, chegando ao ponto de não podermos mais discernir o que é percepção e o que é lembrança (BERGSON, 1965). Com efeito, se a percepção do mundo material provoca movimentos que a desenham em linhas gerais e nossa memória dirige à percepção recebida as antigas imagens que se assemelham a ela e cujo esboço já foi traçado por nossos movimentos, ela acaba por criar, pela segunda vez, a percepção presente (BERGSON, 1965). Neste processo, criamos ou reconstruímos o objeto a todo instante. Entretanto,

se a imagem retida ou rememorada não chega a cobrir todos os detalhes da imagem percebida, um apelo é lançado às regiões mais profundas e mais afastadas da memória, até que outros detalhes conhecidos venham se projetar

sobre aqueles que não se aproveitam ou se ignoram. E esta operação pode prosseguir indefinidamente, a memória fortalecendo e enriquecendo a percepção, a qual, por sua vez, atrai para si um número cada vez maior de lembranças complementares. (BERGSON, 1965, p. 111)

Tal operação é como um círculo bem fechado, onde a imagem-percepção dirigida ao espírito e a imagem-lembrança lançada no espaço percebido correriam uma atrás da outra. De acordo com Bergson, pensamos “que a percepção refletida seja um *circuito*, onde todos os elementos, inclusive o próprio objeto percebido, mantêm-se em estado de tensão mútua como num circuito elétrico” (1965, p. 114 – ênfase do autor). Nesta operação, é a memória que se abre espontaneamente diante da percepção e se dá por inteira a cada momento, ora se simplificando ora se complicando, se contraindo ou se distendendo, para criar e recriar com a percepção outros tantos circuitos que nada têm de comum entre eles senão o objeto percebido.

Contudo, após ter reconstituído o objeto percebido à maneira de um todo independente, nós reconstituímos com ele as condições cada vez mais distantes com as quais ele forma um sistema e os diversos planos de memória que a ele acabam por se associar, graças ao nosso esforço cada vez maior de atenção. É neste sentido que “o progresso da atenção tem por efeito criar de novo, não apenas o objeto percebido, mas os sistemas cada vez mais vastos aos quais ele pode se associar” (BERGSON, 1965, p. 115). Esta operação da memória adquire uma importância prática cada vez maior à medida que essas lembranças se aproximam mais do movimento (da percepção exterior), e ganham vida ao recobrirem as exigências da ação presente, pois “o que chamamos agir é precisamente fazer com que essa memória se contraia ou, antes, se aguce cada vez mais, até apresentar apenas o fio de sua lâmina à experiência onde irá penetrar” (BERGSON, 1965, p. 116-117).

A MEDIAÇÃO CORPORAL ENTRE PERCEPÇÃO E MEMÓRIA: A ATENÇÃO À VIDA

O critério que visa à ação do corpo é determinado por um princípio denominado por Bergson (1966) como *Primum Vivere*. Tal princípio se caracteriza, por um lado, como uma tendência do corpo a buscar as propriedades bem definidas do plano material (percepção), recortando da matéria somente as imagens que se relacionam com a ação do corpo vivo sobre elas e deixando passar todo o resto. Por outro lado, é por este princípio que toda a vida espiritual (memória) deve estar a serviço de tais interesses

adaptativos, tendo o corpo o papel de operar as escolhas de acordo com suas necessidades, pois “o papel do corpo não é armazenar as lembranças, mas simplesmente escolher, para trazê-las à consciência distinta graças à eficácia real que lhe confere, a lembrança útil, aquela que completará e esclarecerá a situação presente em vista da ação final” (1965, p. 199).

Vimos anteriormente que é o cérebro quem realiza esta função e que seu papel não é o de conservar o passado, mas se utilizar dele em seu próprio proveito: “O cérebro é o órgão da *atenção à vida*” (BERGSON, 1967c, p. 47 – ênfase do autor). Bergson define a atenção à vida como o processo contínuo de utilização do passado em função dos interesses práticos da situação atual. Na adaptação do passado às necessidades do presente, a atenção se caracteriza por uma *tensão* na relação entre corpo e espírito em vista de uma ação eficaz do corpo diante dos elementos recortados em seu campo perceptivo. Os fios que constituem nosso sistema nervoso asseguram a firmeza e a precisão das conexões entre os nossos órgãos sensoriais e os nossos órgãos motores uns com os outros, e “o organismo revela-nos assim, de forma visível e tangível, o acordo perfeito que existe entre a percepção e a ação” (BERGSON, 1957, p. 300). Por outro lado, este acordo entre “essas sensações e movimentos condicionam o que se poderia chamar de *atenção à vida*, e é por isso que tudo depende de sua coesão no trabalho normal do espírito” (BERGSON, 1965, p. 193 – ênfase do autor).

Se definirmos a atenção como este ajustamento tenso entre corpo e espírito em vista de tirar proveito das situações que nos advém, devemos então pensar que o sensorio-motor garante sua continuidade de funcionamento a partir de um equilíbrio móvel, no qual as sensações novas não param de solicitar as lembranças do espírito para favorecer as ações motoras. Este equilíbrio móvel deve então ser pensado como um circuito entre corpo e espírito, formando um sistema contínuo de variação que decorre da inserção de nosso corpo no plano movente da experiência. A atenção é, portanto, essa tensão na qual o presente não para de chamar o passado, ao mesmo tempo em que não para de passar. Neste sistema dinâmico, toda a nossa vida psíquica faz pressão e permanece atenta ao momento presente com o qual ela compõe o seu futuro (BERGSON, 1967c).

Vê-se então que a relação entre a vida do espírito e a vida do cérebro não é a de uma equivalência entre ambas, mas de uma ligação em que espírito e corpo são

solidários um ao outro: o corpo selecionando do espírito as lembranças conservadas no passado para agir no presente de maneira criadora e imprevisível; o espírito, por sua vez, utilizando-se do corpo como meio através do qual as lembranças virtuais possam ganhar vida, ao se atualizarem numa imagem ou se prolongarem numa ação concreta. A maneira como nos conduzimos no mundo depende, por fim, deste ajuste solidário entre a vida do corpo e a vida do espírito em função dos nossos interesses utilitários.

No labirinto dos atos, estados e faculdades do espírito, o guia que não devemos jamais dispensar é o que nos fornece a biologia. *Primum vivere*. Memória, imaginação, concepção, enfim, as generalizações não estão aí gratuitamente. Cremos que as funções psicológicas estão aí por que elas são úteis, por que são necessárias à vida (BERGSON, 1966, p. 128).

No entanto, não devemos atribuir o *Primum Vivere* somente à consciência, mas pensá-lo como abrangendo toda a subjetividade, pois para nos conduzirmos no mundo material é necessário que todas as faculdades superiores estejam a serviço dos interesses práticos da vida. Mas para isso é preciso que elas funcionem de modo a constituírem um acordo coerente entre suas atividades segundo certas orientações: a percepção, inicialmente, deve recortar a matéria e oferecer imagens que tornem possível nossa ação sobre os objetos discriminados; a imaginação, por sua vez, irá reproduzir ou sintetizar a imagem fornecida pela percepção a fim de criar um esquema de ação que auxilie na deliberação da resposta mais eficaz; já a memória vai contribuir com as lembranças dos acontecimentos passados, ao oferecer as imagens-lembranças que possam ser mais úteis à situação presente; por fim, a inteligência deve deliberar, entre as ações possíveis de serem adotadas, a que melhor se adéqua ao apelo do corpo.

AS FUNÇÕES DA INTELIGÊNCIA

Bergson considera a inteligência a maneira humana de pensar, atribuindo-lhe o papel de presidir o acordo entre nossas faculdades com a finalidade dirigir nossa conduta no mundo (BERGSON, 1966). A inteligência tem a função de tirar proveito da matéria, seja com utensílios naturais (nossos órgãos sensoriais e motores), seja com o auxílio de utensílios artificiais que ela inventa e constrói (BERGSON, 1957). Assim, ela prepara no universo representativo a eficácia a ser realizada no campo pragmático, ao prover o ser humano de um instrumental analítico que lhe permite organizar

refletidamente o mundo em que se insere de acordo com as exigências do *Primum Vivere*.

Nesta perspectiva, a inteligência retém e extrai do mundo material somente aquilo que é suscetível de ser calculado e previsto, ou seja, tudo o que não dura e se apresenta como já dado. Aqui então podemos compreender o que dizíamos nas primeiras linhas deste artigo quanto aos pontos de vista do senso comum e da ciência¹¹ tenderem a tomar a realidade material e psíquica como dimensões previamente constituídas e determinadas ao processo de conhecimento, deixando de compreender suas respectivas emergências. No entanto, vimos que Bergson concebe a realidade como um perpétuo devir no qual o real se encontra em movimento e onde o ser se afirma como mudança. Ora, em sua função de nos representar o mundo de maneira organizada e esquematizar nossas ações sobre esse mundo, poderia a inteligência ter uma compreensão do real tal como ele é em si, como movimento contínuo, enquanto devir?

Quando falamos de tempo, do ponto de vista da inteligência, pensamos na medida da duração e não na duração mesma. Entretanto, sua medida é impossível e mesmo inconcebível, de modo que a linha que medimos é imóvel e já feita, enquanto que o tempo, a duração, é mobilidade, é o que se faz e também a condição para que algo se faça. Neste sentido, a medida do tempo jamais se relaciona à duração enquanto tal (BERGSON, 1966). Habituada a pensar a realidade a partir do espaço, a inteligência termina por compreender a duração como uma sucessão de estados descontínuos e justapostos, isto é, como um conjunto de pontos espaciais que desfilam alinhadamente ao longo de um tempo uniforme. Como sua função é preparar e aclarar nossas ações sobre as coisas, ela deve nos apresentar um mundo de pontos fixos sobre os quais possamos dirigir nossa ação (BERGSON, 1966). Contudo, Bergson nos adverte que “há *mais* num movimento do que nas posições sucessivas atribuídas ao móvel, *mais* num

¹¹ É preciso entender, por um lado, que o senso comum ignora o conhecimento da realidade em sua dimensão movente, considerando-a apenas em seus aspectos bem delimitados e inertes, e que, por outro lado, a crítica de Bergson à ciência procede em função de sua incapacidade de produzir um conhecimento da dimensão movente, isto é, da realidade do espírito, da vida e da duração, a partir de instrumentos criados para lidar com a matéria imóvel, já que a ciência pauta seu entendimento da matéria unicamente a partir do espaço. Disto resulta sua crítica à Psicologia nos final do século XIX, que buscava reduzir o psíquico ao físico, o movente ao imóvel, o tempo ao espaço, enfim, o espírito ao cérebro. Toda dificuldade da ciência, então, é dispor de meios de conhecimento que possam acompanhar o movimento criador que se expressa em nossa vida psíquica. Na perspectiva de Bergson, portanto, restaria à Psicologia produzir conhecimentos a partir da experiência do movente e pensar formas de intervenção que permitam “recuperar a mudança em sua mobilidade original”. Este é o sentido que perseguimos neste artigo.

devir do que nas formas sucessivamente atravessadas” (BERGSON, 1957, p. 315). No entanto, a inteligência

se pergunta onde o móvel está, onde o móvel estará, onde o móvel passa. Mesmo se ela nota o momento da passagem, mesmo se ela parece tão interessada pela duração, limita-se a constatar a simultaneidade de duas paradas virtuais; (...) é sempre a imobilidades, reais ou possíveis, que ela se relaciona (BERGSON, 1966, p. 6).

É em função de nossa representação habitual do movimento e da mudança que somos impedidos de perceber a mobilidade que é a duração. Isto acontece por que a inteligência vira as costas aos efeitos do tempo e mascara a duração.

Desde sua primeira obra Bergson denuncia esta ilusão, que consiste em fazer crer que podemos pensar o instável por meio do estável e o movente por meio do imóvel. Ilusão decorrente do fato de “o movimento, *depois de efetuado*, ter deixado ao longo do seu trajeto uma trajetória imóvel, sobre a qual se podem contar quantas imobilidades se quiserem” (BERGSON, 1957, p. 309 – ênfase do autor). Este é o modo como a inteligência opera sua análise do movimento: ela espacializa o que é da ordem do tempo ao dividir a trajetória do móvel em instantes descontínuos e justapostos, mas ela assim procede porque esquece de olhar a criação do trajeto e o ato em progresso, que se fazem numa continuidade que é impossível de dividir (BERGSON, 1966).

Da mesma forma que a inteligência ignora a duração da realidade material e a espacializa, ela se volta para a cena subjetiva, desviando o olhar da continuidade de mudança que é a vida de nossa consciência a fim de destacar de nossa realidade espiritual apenas as representações estáticas. Para isso ela recorrerá à memória, que lhe fornecerá as lembranças das situações anteriores de acordo com a semelhança ou proximidade da circunstância em que o corpo se encontra no presente. Realizada a escolha, a inteligência definirá, por fim, a ação que o sistema sensorio-motor irá executar na situação atual.

CONSTITUIÇÃO PARADOXAL DA SUBJETIVIDADE: OS CÍRCULOS DA EXPERIÊNCIA

A função cognitiva e adaptativa da inteligência, através da qual a subjetividade alcançou seu mais alto desenvolvimento, é de grande importância em nossa vida cotidiana. Por meio dela agimos de modo eficaz no sentido de atingirmos os nossos

objetivos práticos e garantirmos a manutenção de nossos modos de vida em vista da sobrevivência do nosso organismo. Através dela nos tornamos capazes de produzir conhecimentos dos fenômenos que nos cercam e criarmos instrumentos de ação sobre a realidade conhecida, no que reconhecemos todos os grandes avanços das ciências. No entanto, este nível de eficácia da subjetividade nos faz virar as costas às experiências¹² das quais procedem os processos por meio dos quais o corpo vivo chega a se conduzir no contexto em que percebe e age, nos colocando inclusive na contramão das condições que nos permitem criar. Tudo isso por visar garantir a satisfação dos interesses que vão lhe guiar e formar seu “mundo próprio”¹³.

A partir da gênese da percepção vimos como emerge o mundo da realidade e o mundo da subjetividade, e como o ajustamento contínuo, regulado pelo sistema sensorio-motor, termina por nos oferecer uma experiência da realidade e de nós mesmos como reconhecíveis, portanto já feitos. No entanto, a “estabilidade” alcançada por este equilíbrio dinâmico não nos permite questionar o alcance e as possibilidades de mudança ou a ampliação da percepção e da subjetividade, fechando assim nossa experiência em círculos que limitam nossos modos de relação com a realidade material e com a nossa própria capacidade de perceber, sentir e pensar. Ao comentar este aspecto da subjetividade na filosofia de Bergson, Lapoujade (2010) nos diz que “a experiência humana é prisioneira de *círculos*, todos os incontáveis círculos que a inteligência impõe ao pensamento fazendo com que a espécie humana fique girando sobre si mesma. O homem está literalmente circundado pela sua inteligência” (LAPOUJADE, 2010, p. 101).

É nesse sentido que os modos de conhecimento produzidos pelo senso comum e mesmo pela ciência vão priorizar os aspectos tornados familiares e regulares, isto é, imediatamente dados e reconhecíveis à nossa percepção, e conseqüentemente disponíveis à nossa ação, pois segundo Bergson a inteligência só opera sobre o imóvel. A partir deste modo de operar da subjetividade humana apresentada por Bergson,

¹² Sobre os processos de recusa do tempo na experiência subjetiva a partir da filosofia de Bergson cf. EIRADO, A. do. Voltar as costas para o tempo: o problema da subjetividade em Bergson. In: EIRADO, A. et al. (Org.). **Saúde Loucura**: Subjetividade, questões contemporâneas. São Paulo: HUCITEC, 1997, v. 6, p. 208-220.

¹³ Em consonância com este aspecto do pensamento de Bergson, o precursor da etologia moderna, Jacob von Uexküll, desenvolveu a “doutrina do mundo próprio” ao pensar a formação de ciclos de função que conectam os seres vivos e seu meio vivido como um perspectivismo ancorado nos modos singulares de perceber e agir. Cf. UEXKÜLL, J. von. **Dos animais e dos homens**. Lisboa: Edição “Livros do Brasil”, 1982.

Lapoujade conclui que “o que caracteriza o homem é a regularidade das suas condutas de vida e de pensamento, que torna o seu mundo *comum*. Homem comum é uma tautologia” (LAPOUJADE, 2010, p. 103).

A subjetividade do homem comum é aquela que opera em nossa vida cotidiana reconhecendo os objetos e situações a fim de agir segundo os interesses práticos. Sua tendência utilitária opera,

na vida psicológica normal, um constante esforço do espírito para limitar seu horizonte, para se desviar daquilo que ele tem um interesse material em não ver. [...] A vida exige que ponhamos antolhos, que não olhemos à esquerda, à direita ou para trás, mas reto à nossa frente na direção em que devemos seguir (BERGSON, 1966, p. 151-152).

Desse modo se revela o paradoxo da subjetividade do homem comum. Ao partir sempre de uma experiência imediata mais vasta, tanto no campo da percepção quanto da memória, seu fim é sempre restringir e empobrecer a experiência, limitando seus horizontes. Tal maneira de compreender a constituição e o funcionamento predominante da subjetividade do homem comum seria, enfim, a única finalidade da vida psíquica? Estariam nossos modos de perceber e agir presos definitivamente aos círculos utilitaristas da inteligência? Ou ainda é possível pensar outros modos de perceber, pensar e agir sem compromisso com a praticidade que o mundo material exige? Por fim, como pensar a emergência de modos de vida criadores, que ampliem nossa experiência para além dos círculos da inteligência e nos coloque em contato com a mudança que constitui o real? Não seriam estas as questões que a Psicologia deveria levar seriamente em consideração em suas teorias e práticas?

A PERCEPÇÃO DA MUDANÇA: PISTAS PARA UMA PSICOLOGIA DA EXPERIÊNCIA DO MOVENTE

Bergson se diz preocupado, desde o prefácio de *Matéria e Memória* (1965), em afirmar a realidade da matéria e do espírito, e que no limite destas duas dimensões do real o que se encontra é o puro movimento, a pura mudança. Todo nosso percurso foi mostrar como a percepção emerge no plano da matéria movente a partir do intervalo de indeterminação que algumas imagens portam (as imagens vivas) e que, a depender do grau de indeterminação, se vê nascer também a vida do espírito, ou a memória. No

limite imediato da percepção e da memória, Bergson encontra o puro movimento de imagens evanescentes que se alternam continuamente de maneira aleatória, e mostra com isso que no limite da matéria e do espírito as imagens coincidem com a vida do sonho. Contudo, a vigília da nossa inteligência nos mantém afastados dessa experiência, e apenas temos alguma proximidade com o plano movente das imagens do espírito quando nossos vínculos sensório-motores se afrouxam, seja quando dormimos, seja quando esporadicamente vivemos um *dejà-vu*, seja ainda quando se vive uma experiência de quase morte, na qual uma visão panorâmica de toda vida passada desfila na consciência de um indivíduo (BERGSON, 1965; 1967a; 1966).

Com estes casos, Bergson nos faz perceber que os círculos da experiência são frequentemente entreabertos, de modo a permitir a passagem de imagens em nossa consciência sem qualquer finalidade utilitária. Mesmo que sejam experiências raras e fugidias, Bergson não se contenta com estas aberturas somente esporádicas e sua filosofia não deixa de perseguir ativamente a experiência da mudança e do movimento, seja no plano da percepção, seja no da memória, seja no do pensamento, seja ainda no plano da evolução da vida, constituindo-se desse modo como uma filosofia que tem por horizonte a criação. De fato, “se há uma coisa que Bergson não deixou de combater foram esses círculos, precisamente porque eles nos colocam na impossibilidade de efetuar os *saltos* necessários para mudar de nível de realidade” (LAPOUJADE, 2010, p. 101).

Neste sentido, não haveria criação de algo novo, não teríamos a arte nem o pensamento, caso o homem não pudesse sair dos círculos que limitam sua experiência e restringem o seu campo de realidade. Dessa forma,

pensar, para Bergson, é sempre saltar para fora de um círculo onde se fechou a experiência humana. Pensar, neste sentido, não é mais uma operação humana. Se, apesar de tudo, o homem conserva um lugar privilegiado no bergsonismo, é porque ele é também o único que pode saltar por cima de sua inteligência e percorrer, no pensamento, todos os níveis da realidade que o ultrapassam (LAPOUJADE, 2010, p. 101).

Com isso, compreendemos que os saltos no virtual nos fazem ultrapassar os níveis de realidade através dos quais os circuitos sensório-motores nos mantêm vinculados à ação prática. Mas vimos que estes saltos a níveis mais distendidos do virtual não se fazem sem um esforço. O esforço é para Bergson a condição mesma da criação, sem o qual não podemos resistir ao utilitarismo e nos subtrair ao automatismo

que nos impedem de pensar o ainda não pensado e aprender o ainda não conhecido. Neste sentido, sua filosofia possui “sempre o mesmo fim geral, que é subtrair o nosso pensamento ao automatismo, de liberá-lo das formas e das fórmulas, enfim de restabelecer nele a livre circulação da vida” (BERGSON, 1972, p. 368), que é mudança e movimento¹⁴.

Este esforço de subtração dos automatismos, que os círculos da inteligência constroem para organizar a nossa experiência, consistirá em produzir um afastamento do utilitarismo e desvincular nossa percepção de seus prolongamentos motores. Assim, Bergson compreende que é preciso voltar à percepção para dilatá-la, ampliá-la, estendê-la. Ao pensar o alargamento da percepção, Bergson aponta duas direções possíveis: a arte (através do caso dos artistas) e a filosofia (por meio da conversão da atenção).

Bergson compreende os artistas como um “acidente feliz” da natureza, pois, diferentemente do homem comum, eles “nascem desprendidos” de sua tendência utilitária, são homens nos quais “a natureza esqueceu de vincular sua faculdade de perceber à sua faculdade de agir. Quando olham alguma coisa, veem-na por ela mesma, e não mais para eles. Eles não mais percebem simplesmente para agir; percebem por perceber, – por nada, pelo prazer” (BERGSON, 1966, p. 152). Como não se preocupam com os aspectos positivos e materiais que a vida prática demanda, conseguem ter uma visão mais ampla da realidade e por isso percebem muito mais coisas que o homem comum. Quanto a isto, a experiência histórica nos mostra

há séculos que surgem homens cuja função é justamente ver e de nos fazer ver o que não percebemos naturalmente. São os artistas. Ao que visa a arte, a não ser nos mostrar, na natureza e no espírito, fora de nós e em nós, coisas que não impressionavam explicitamente nossos sentidos e nossa consciência? (BERGSON, 1966, p. 149)

Desse modo, segundo Bergson, “bastaria então a arte para nos mostrar que uma extensão das faculdades de perceber é possível” (1966, p. 150). No entanto, Bergson considera os artistas como alguns privilegiados pela natureza e questiona se haveria alguma forma de proporcionar este alargamento da percepção para todo mundo. Neste caso, não seria a filosofia uma maneira de subtrair o homem comum dos estreitos círculos da experiência prática e fazê-lo ter uma percepção mais ampla da realidade?

¹⁴ Pensamos a recuperação desta experiência da mudança e do movimento como proposta educativa a partir do pensamento bergsoniano em: MELO, D. Notas para uma Pedagogia do Movente: sobre vontade e educação em Henri Bergson. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 1-14, 2019.

O papel da filosofia porventura não seria o de nos levar a uma percepção mais completa da realidade graças a um certo deslocamento de nossa atenção? Tratar-se-ia de *afastar* essa atenção do lado praticamente interessante do universo e de *voltá-la* para aquilo que, praticamente, de nada serve. Essa conversão da atenção seria a própria filosofia. (BERGSON, 1966, p. 153 – ênfase do autor)

Desde esta perspectiva, a conversão da atenção proposta por Bergson consistiria na retirada dos antolhos que guiam utilitariamente nossa percepção, isto é, em um esforço de desabituar a percepção do encolhimento que as exigências da vida prática nos impõem. Esta operação de alargamento da percepção deve se fazer no mundo que habitamos, isto é, no contexto em que percebemos e temos consciência. Para isso devemos “continuar a olhar aquilo que todo mundo olha” (BERGSON, 1966, p. 154), a mergulhar nossa atenção no presente de nossa percepção durante a vida de todos os dias visando enriquecer e estender nosso olhar sobre a realidade que nos cerca. Mas, ao mergulhar no presente do cotidiano, terminamos por entrar no tempo, e assim seremos levados a encontrar a “verdadeira duração” na qual estão inseridas nossa percepção e toda a realidade por nós conhecida. Por fim, Bergson dirige-se diretamente a nós:

Irei pedir-lhes que façam um esforço violento para afastar alguns dos esquemas artificiais que interpomos, sem o sabermos, entre a realidade e nós mesmos. Trata-se de romper com certos hábitos de pensar e perceber que se nos tornaram naturais. É preciso voltar à percepção direta da mudança e da mobilidade. Eis um primeiro resultado desse esforço. *Representar-nos-emos toda mudança, todo movimento, como absolutamente indivisíveis.* (BERGSON, 1966, p. 157-158 – ênfase do autor)

A percepção do tempo como “essa continuidade indivisível de mudança que constitui a duração verdadeira” (BERGSON, 1966, p. 166) resulta justamente deste esforço de afastamento ou de rompimento dos círculos utilitários dos modos de ver e pensar. Dessa maneira, a percepção encontra as condições reais da experiência do tempo em sua mobilidade, isto é, ao mergulharmos no presente da percepção o experimentamos se constituindo ininterruptamente como passado imediato e futuro iminente. Nesta experiência da passagem contínua do tempo o passado “se consubstancia com o presente e com ele cria incessantemente [...] algo de absolutamente novo” (BERGSON, 1966, p. 174), percepção e realidade emergem conjuntamente.

A realidade já não aparece mais no estado estático, em sua maneira de ser; afirma-se dinamicamente, na continuidade e na variabilidade de sua tendência. O que havia de imóvel e de congelado em nossa percepção se reaquece e se põe em movimento. Tudo se anima à nossa volta, tudo se revivifica em nós. (BERGSON, 1966, p. 175-176)

A livre circulação da vida é enfim restabelecida quando a percepção da mudança modifica nossa experiência da realidade, fazendo nascer as condições através das quais possam emergir modos de viver capazes de se subtrair aos círculos que limitam nossa experiência.

Todo o percurso da filosofia de Bergson, que vai da gênese da percepção até a transformação subjetiva, aponta que a finalidade da vida psíquica não se limita apenas às funções da adaptação, mas sobretudo a criar diferentes modos de perceber e distintos níveis de realidade. É toda esta contínua atividade criadora da subjetividade que a Psicologia cognitiva insiste em virar as costas ao valorizar apenas as funções da inteligência e as operações da racionalidade do homem comum. Mesmo que os círculos da experiência sejam necessários à manutenção da vida prática, e uma vez constituídos resistam ao plano movente e mutável do qual procedem, a experiência sempre nos indica possibilidades de fuga desses círculos, de saltos para fora deles, tornando possível “recuperar a mudança e a duração em sua mobilidade original” (BERGSON, 1966, p. 157). Por fim, consideramos que pensar a gênese da percepção a partir da filosofia de Bergson conduziria as práticas da Psicologia a uma atitude ética: não compreender a vida psíquica somente pela via adaptativa que tende ao fechamento da experiência, mas também, e principalmente, compreender que a vida psíquica tem por horizonte os processos de criação e mudança que ampliam nossas faculdades de perceber e revivificam o pensamento, nos permitindo acompanhar as articulações do real.

Finalizamos com o intuito de que este artigo encontre sua proposição sintetizada pelo diálogo entre a epígrafe de abertura e essas últimas palavras propostas por Alberto Caeiro, heterônimo de Fernando Pessoa:

O meu olhar é nítido como um girassol.
[...] E o que vejo a cada momento
É aquilo que nunca antes eu tinha visto,
E eu sei dar por isso muito bem...
Sei ter o pasmo essencial
Que tem uma criança se, ao nascer,
Reparasse que nascera deveras...
Sinto-me nascido a cada momento
Para a eterna novidade do Mundo... (PESSOA, 2006, p. 42)

Sobre o artigo:
Recebido: 16/04/2019
Aceito: 18/06/2019

REFERÊNCIAS

- BERGSON, H. **Essai Sur les Donnés Immédiates de la Conscience**. 68° éd. Paris: Presses Universitaires de France, 1948.
- _____. **L'Évolution Créatrice**. 80° éd. Paris: Presses Universitaires de France, 1957.
- _____. **Matière et Mémoire**. 72° éd. Paris: Presses Universitaires de France, 1965.
- _____. La perception du changement. In: **La Pensée et le Mouvant**. 63° éd. Paris: Presses Universitaires de France, 1966.
- _____. Le souvenir du présent et la fausse reconnaissance. In: **L'Énergie Spirituelle**. 132° éd. Paris: Presses Universitaires de France, 1967a.
- _____. L'effort intellectuel. In: **L'Énergie Spirituelle**. 132° éd. Paris: Presses Universitaires de France, 1967b.
- _____. L'âme et le corps. In: **L'Énergie Spirituelle**. 132° éd. Paris: Presses Universitaires de France, 1967c.
- _____. Le Bon Sens et les Études Classiques. In: BERGSON, Henri. **Mélanges**. 1° éd. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.
- EIRADO, A. Voltar as costa para o tempo: o problema da subjetividade em Bergson. In: EIRADO, A. et al. (Org.). **Saúde Loucura: Subjetividade, questões contemporâneas**. São Paulo: HUCITEC, 1997, v. 6, p. 208-220.
- HUSSERL, E. **Idées directrices pour une phénoménologie**. Paris: Éditions Gallimard, col. "Tel", 1985.
- LAPOUJADE, D. Après l'homme. Bergson spiritualiste. In: **Puissances du Temps**. Versions de Bergson. Paris: Les éditions de minuit, 2010.
- MACIEL, A.; MELO, D. A fundação do subjetivo: o hábito para além da psicologia. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 18, n. 2, p. 69-82, jul./dez. 2006.
- MELO, D. Bergson e os paradoxos do tempo, ou como o cinema faz pensar. **Estudos da Língua(gem)**, v. 12, n. 1, p. 9-28, junho de 2014.
- _____. Percepção e Ontogênese: modulações transdisciplinares da subjetividade. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 29, n. 2, p. 103-109, maio-ago. 2017.
- _____. Notas para uma Pedagogia do Movente: sobre vontade e educação em Henri Bergson. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 1-14, 2019.
- PESSOA, F. **Poemas completos de Alberto Caeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

PRADO JUNIOR, B. **Presença e campo transcendental:** consciência e negatividade na filosofia de Bergson. São Paulo: Editora da USP, 1988.

ROSSETTI, R. Bergson e a Natureza Temporal da Vida Psíquica. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 14, n. 3, p. 617-623, 2001.

UEXKÜLL, J. von. **Dos animais e dos homens.** Lisboa: Edição “Livros do Brasil”, 1982.